

Exma. Senhora

Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência

Dra. Manuela Tender

Reconhecendo a grande importância da ação dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) não só na dignificação e inclusão nas escolas dos alunos com deficiência, mas também no apoio e intensificação da sua capacidade na promoção do sucesso educativo de todos os alunos, e de trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com os Agrupamentos de Escolas (AE), prestando serviços especializados como facilitadores da implementação de políticas e práticas de educação inclusiva vêm as organizações que constituem a Comissão de Acompanhamento – FAPPC, UNICRISANO, FPDA, FENACERCI e HUMANITAS, solicitar a V. Exa. uma audiência, com carácter de urgência, com o objetivo de abordar os seguintes pontos essenciais para o bom funcionamento destas estruturas:

1. Clarificação do papel dos CRI no espaço educativo, num contexto onde, atualmente, vários atores surgem em confluência, com origens diferenciadas (técnicos de empresas, técnicos contratados pelas escolas, técnicos contratados pelos municípios, técnicos dos CRI...) com princípios de atuação diversos, mas onde só os CRI são acreditados pelo Ministério da Educação no sentido de poderem assumir uma função eminentemente colaborativa, mediante a prestação de apoio de retaguarda aos professores, pais, pares e outros profissionais, transversal às diferentes fases de intervenção educativa (avaliação, planeamento e intervenção) e visando a capacitação da equipa educativa. Urge clarificar a implementação da política de inclusão na escola pública, assim como o papel dos diferentes atores que surgem no espaço educativo «aparentemente» para desempenharem papeis idênticos.
2. O financiamento dos CRI - Apesar de se ter concretizado o início de mais um ano letivo, continua a não existir qualquer informação oficial sobre o seu financiamento, o que está a ter um impacto direto e grave nas escolas e, sobretudo, nos alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, que permanecem sem o apoio necessário.

Esta ausência de orientação de financiamento impede a continuidade do trabalho especializado desenvolvido pelos técnicos e coloca em causa o cumprimento dos princípios de equidade e inclusão educativa.

Dada a gravidade da situação, solicitamos a Vossa Excelência, a melhor atenção ao nosso pedido de audiência, a fim de termos oportunidade de expor em detalhe as dificuldades sentidas no terreno e procurar soluções imediatas que garantam a continuidade do apoio aos alunos.

Não podemos deixar de salientar que estamos do lado das soluções e queremos aferir o posicionamento do Ministério face a estas problemáticas e disponibilizarmo-nos para ajudar a construir com os AE, salvaguardando, obviamente, a sua autonomia, uma efetiva

implementação da escola inclusiva, no contexto da política pública existente para o efeito.

Com os nossos melhores cumprimentos

A Comissão de Acompanhamento dos CRI